

Este boletim é uma publicação mensal da CNseg, a Confederação das Seguradoras

ENTREVISTA

Luiz Roberto Cunha

Economista e professor da PUC-Rio

A taxa Selic pode cair novamente em maio, estabelecendo uma nova mínima histórica. Mas será sustentável? Quem responde é o economista Luiz Roberto Cunha.

1) A taxa Selic comporta uma nova redução após atingir a mínima histórica de 6,50% ao ano?

A Selic, já no nível mais baixo do período pós-Real, será reduzida para 6,25% na reunião do Copom em maio. Essa certeza decorre das informações e entrevistas das autoridades monetárias nas últimas semanas. A última vez que tivemos taxas tão 'civilizadas' foi em outubro de 2012, no governo Dilma, quando a Selic chegou a 7,25%. Como não havia, porém, consistência na redução, em abril de 2013 a taxa já estava subindo. Sendo esta uma variável fundamental para a gestão das seguradoras, a pergunta é se desta vez teremos novamente a frustração de não conseguir manter os juros em níveis 'civilizados'.

2) Não conseguiremos manter a Selic baixa então?

É importante lembrar como chegamos nesse nível. O IPCA, variável básica para determinação dos juros, depois de ter fechado 2017 em 2,95%, o resultado mais baixo desde 1998, continua surpreendendo neste início de 2018, com resultados mensais abaixo das previsões. Também é importante considerar que a atual administração do BC conseguiu recuperar a credibilidade na atuação da política monetária. Mas os excelentes resultados mensais devem-se, em grande parte, a uma conjuntura excepcional na evolução dos preços de alimentos, uma combinação de supersafra, clima, preços externos e, infelizmente, o impacto na demanda do elevado desemprego. Assim, tivemos um 'choque de oferta' favorável em preços que tendem a ser mais voláteis, mas também, especialmente neste início de 2018, os componentes da inflação mais sensíveis ao ciclo econômico, os serviços, estão desacelerando com mais intensidade, em parte pelos efeitos positivos da reforma trabalhista.

3) A perspectiva de recuperação pode puxar a inflação e, em consequência, os juros?

Em princípio, mesmo com a recuperação da atividade econômica e alguma pressão nos preços de alimentos, em razão de condições externas menos favoráveis, existe uma grande possibilidade de a Selic permanecer em níveis 'civilizados'. O presidente do BC até indicou que poderá voltar a reduzir a Selic na reunião de outubro, se o IPCA continuar abaixo do centro da meta. Ou seja, na reunião do Copom em outubro, na semana após o 2º turno das eleições, já estará definido se, em 2019, teremos um 'reformista' ou 'populista', e, com isso, saber se haverá ou não a possibilidade de manter taxas de juros 'civilizadas'.

EDITORIAL

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

Presidente da CNseg



Desaceleração persiste em fevereiro, mas seguros patrimoniais resistem e ainda crescem

Os dados de fevereiro demonstram que o primeiro semestre de 2018 não será fácil para o setor que protege bens e pessoas. O desempenho global calculado em série de 12 meses móveis, sem DPVAT, veio desacelerando de 4,6% em dezembro de 2017, para 2,3% em janeiro último, e para 1,7% em fevereiro. Como antes comentado, a avaliação do comportamento setorial deve segregar as várias linhas de negócios.

Conforme tendência já verificada no último trimestre de 2017, o segmento de pessoas (63,9% da arrecadação total) sofre o impacto do ambiente de inflação e juros que afetou o VGBL. O segmento como um todo ficou estável em 12 meses móveis, embora influenciado por este último produto, de vez que os planos de risco tenham evoluído notáveis 11,2%.

No segmento de patrimônio, as taxas dos produtos continuam robustas, embora as de alguns apresentem desaceleração. O ramo de automóveis evolui fortemente, com 8,2% em 12 meses até fevereiro, contra 7,2% na comparação até janeiro. O ramo de crédito e garantias, habitacional e rural ainda mostram fôlego, com 16,5%, 9,8% e 6,5%, respectivamente. Esse último perde um pouco a alavanca que teve em 2017, tendo permanecido estável nos mais recentes meses.

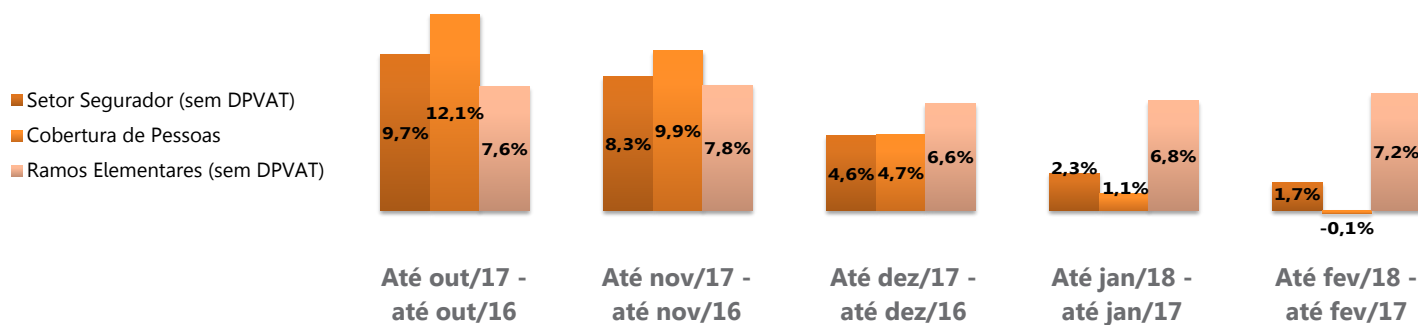
As empresas seguradoras continuam com gestão conservadora de tarifas e despesas. Nos dois primeiros meses de 2018, perante igual período do ano anterior, a sinistralidade do ramo de patrimônios caiu 2,42 pontos percentuais, ao mesmo tempo que o recuo no ramo de pessoas foi de quase um ponto percentual. As despesas de comercialização como proporção da arrecadação total cresceram um ponto percentual.

A seguir, uma série gráfica do desempenho de Ramos Elementares e de Pessoas em janelas móveis de 12 meses, até fevereiro deste ano.

O professor Lauro Faria prossegue com sua análise profunda do setor segurador.

Boa leitura!

CRESCIMENTO NOMINAL DA ARRECAÇÃO - 12 MESES MÓVEIS (SEM SAÚDE SUPLEMENTAR E DPVAT)



ANÁLISE CONJUNTURAL

Lauro Faria

Economista da Escola Nacional de Seguros

Fevereiro é tradicionalmente um mês de queda da atividade nos vários mercados da economia pelo simples fato de ter menos dias e, em geral, mais feriados. No caso do mercado de seguros, há ainda a forte sazonalidade do DPVAT cuja arrecadação de prêmios é tradicionalmente concentrada em janeiro. Não surpreende, portanto, que, em fevereiro passado, a arrecadação em prêmios e contribuições do mercado segurador regulado pela Susep, de R\$ 17.563,9 milhões, tenha caído 6,5% sobre a arrecadação do mês imediatamente anterior.

Cumpra, pois, olhar para períodos mais largos de modo a ter melhor visão, não afetada por tais fatores. Assim, na comparação entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2017, ressalta-se o bom desempenho da maior parte do setor segurador. A arrecadação de ramos elementares, exceto DPVAT, cresceu 8,8%; a dos planos de risco de coberturas de pessoas, 16,6%; e a de capitalização, 9,3%. Um ótimo resultado, claramente acima da inflação de cerca de 3%. A arrecadação do mercado, exceto DPVAT, entretanto, aumentou 2,1%, em razão do fraco desempenho da receita dos planos de acumulação, que tiveram queda de 7,6%. Cumpra notar dois fatos: a) a desaceleração das arrecadações de seguros de ramos elementares e de planos de risco de coberturas de pessoas desde o terceiro trimestre de 2017, seguida de tendência de recuperação agora em 2018 e b) a forte desaceleração dos planos de acumulação desde o terceiro quadrimestre de 2017 e que continua em 2018. No que se refere ao item (a), basta verificar que a taxa de variação da receita desses dois grupos de seguros caiu de +11,3% no trimestre junho-agosto de 2017 para +5% no trimestre novembro de 2017-janeiro de 2018, subindo a +6,9% no trimestre dezembro de 2017-fevereiro de 2018, contra iguais períodos do ano anterior. Já no que se refere à taxa de variação dos planos de acumulação (item (b)), esta cai quase linearmente de +19,1% no trimestre agosto-outubro de 2017 para -19,9% em dezembro de 2017-fevereiro de 2018, contra iguais períodos do ano anterior. Tem havido, portanto, essa modulação e diferença de desempenho entre produtos de risco e planos de acumulação desde o terceiro trimestre de 2017.

Voltando aos dados de fevereiro passado, no grupo de ramos elementares, os destaques positivos ficaram por conta dos seguros de transportes, cujos prêmios diretos cresceram 29,4% em fevereiro de 2018 sobre fevereiro de 2017, e de automóveis (o principal ramo do grupo), com alta de 11,9%. Os ramos habitacional e de crédito e garantias tiveram desempenho menos brilhante, mas nitidamente acima da inflação: +7,8% e +6,2%. No grupo de planos de risco de coberturas de pessoas, foram notáveis as expansões dos seguros de vida (+18,2% na mesma base de comparação) e do seguro prestamista (+19,5%). Os dados macroeconômicos positivos de 2018 explicam, em boa parte, o comportamento dos referidos seguros. Assim, a produção industrial cresceu 2,8% em fevereiro passado e 4,3% no acumulado de janeiro e fevereiro de 2018 sobre iguais períodos de 2017. O rendimento médio real habitual no trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018 cresceu 1,4% sobre o verificado no mesmo trimestre do ano anterior. A massa de rendimento real habitual teve aumento ainda mais acentuado, de 4,1% nessa base de comparação. A taxa de desocupação foi estimada em 12,6% da PEA no trimestre móvel de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, com queda absoluta de 0,6% sobre o dado do mesmo período do ano anterior. Já o volume de vendas no comércio varejista ampliado cresceu 6,5% em janeiro de 2018 perante janeiro de 2017. O único dado dissonante foi a queda de 1,3% do setor de serviços nessa mesma base de comparação.

No lado problemático, como dito, o fator mais importante continua sendo o desempenho dos planos de acumulação, cujas receitas, contra iguais períodos de 2017, caíram 7,6% em fevereiro de 2018, 15% no bimestre janeiro-fevereiro de 2018 e 19,9% no trimestre dezembro de 2017 - fevereiro de 2018. Como dito em comentário anterior, tais quedas refletem o impacto da baixa das taxas de juros sobre a rentabilidade desses planos e daí sobre suas contribuições. Paradoxalmente, a queda da taxa Selic, que comanda esse processo e que foi definida na reunião do Copom de 21/03/18 (para 6,5% ao ano), se ajuda na retomada do setor real da economia e daí nos seguros correlatos (como os seguros de automóveis, transportes, vida e prestamista), tem tido efeito inverso sobre os planos de acumulação, notadamente o VGBL. Outros ramos de seguros, como grandes riscos, riscos de engenharia e marítimos/aeronáuticos, também tiveram desempenho negativo (-34,1%, -32,1% e -18%, respectivamente no 1º bimestre de 2018 ante o mesmo período de 2017), certamente em razão de serem mais dependentes dos investimentos em capital fixo, cuja recuperação é ainda tímida, mormente no caso do investimento do setor público. No mercado como um todo (exceto DPVAT), a sinistralidade situou-se em 40,7% no bimestre janeiro-fevereiro de 2018, 2,1 pontos de porcentagem abaixo do verificado no mesmo período de 2017. A sinistralidade do grupo de seguros de ramos elementares foi de 48,4%, com queda de 2,4 pontos de (cont.)

ANÁLISE CONJUNTURAL

(cont.) percentagem mesma base de comparação, e a do grupo de planos de risco de coberturas de pessoas foi de 25,8%, também com queda de um ponto percentual sobre o mesmo período de 2017. O índice de despesas de comercialização manteve-se estável em 22,3% nesse mesmo período no que se refere ao grupo de ramos elementares e subiu a 31,4% no grupo de planos de risco de coberturas de pessoas, 1,6 ponto percentual acima do ocorrido em janeiro-fevereiro de 2017. No mercado como um todo (exceto DPVAT), esse índice foi de 25,4%, 0,7 ponto percentual acima do mesmo período de 2017.

O resultado financeiro das seguradoras reguladas pela Susep caiu 22,9% no 1º bimestre de 2018 ante o mesmo bimestre de 2017, certamente devido à aludida diminuição das taxas de juros. Entretanto, a melhora técnica permitiu que o lucro líquido agregado dessas empresas subisse 7% nessa base de comparação. O patrimônio líquido agregado das seguradoras foi R\$ R\$ 88.250,3 milhões em fevereiro passado, tendo crescido 3,5% sobre fevereiro de 2017. A rentabilidade do patrimônio líquido agregado, anualizada linearmente, ficou assim em 20,4% no período janeiro-fevereiro de 2018, 0,7 ponto de percentagem acima do resultado de igual período de 2017.

DESEMPENHO DO MERCADO

Sem Saúde Suplementar (em milhões R\$)		Fevereiro 2017	Fevereiro 2018	Variação nominal 2018/2017
1	Ramos Elementares (sem DPVAT)	9.636,0	10.574,0	9,7%
1.1	Automóvel	4.921,2	5.578,8	13,4%
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	90,0	98,7	9,7%
1.1.2	Casco	3.460,7	3.884,1	12,2%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	1.053,3	1.207,1	14,6%
1.1.4	Outros	317,1	388,9	22,6%
1.3	Patrimonial	1.708,4	1.704,3	-0,2%
1.3.1	Massificados	1.159,2	1.341,7	15,7%
1.3.1.1	Compreensivo Residencial	395,0	469,3	18,8%
1.3.1.2	Compreensivo Condominial	53,7	63,3	17,9%
1.3.1.3	Compreensivo Empresarial	315,3	353,6	12,1%
1.3.1.4	Outros	395,4	455,6	15,2%
1.3.2	Grandes Riscos	506,9	333,9	-34,1%
1.3.3	Risco de Engenharia	42,3	28,7	-32,1%
1.4	Habitacional	606,5	664,3	9,5%
1.5	Transportes	408,6	490,4	20,0%
1.5.1	Embarcador Nacional	137,8	150,9	9,4%
1.5.2	Embarcador Internacional	71,1	80,4	13,0%
1.5.3	Transportador	199,7	259,2	29,8%
1.6	Crédito e Garantia	522,4	534,3	2,3%
1.7	Garantia Estendida	475,1	540,3	13,7%
1.8	Responsabilidade Civil	288,0	256,7	-10,9%
1.8.1	Responsabilidade Civil D&O	51,7	50,1	-3,0%
1.8.2	Outros	236,4	206,6	-12,6%
1.9	Rural	503,7	505,3	0,3%
1.10	Marítimos e Aeronáuticos	125,8	103,1	-18,0%
1.10.1	Marítimos	49,1	43,7	-11,1%
1.10.2	Aeronáuticos	76,7	59,4	-22,5%
1.11	Outros	76,3	196,3	157,4%
2	Coberturas de Pessoas	23.040,9	21.100,0	-8,4%
2.1	Planos de Risco	5.059,9	5.735,5	13,4%
2.1.1	Vida	2.008,0	2.260,5	12,6%
2.1.2	Prestamista	1.382,0	1.661,5	20,2%
2.1.3	Viagem	79,6	86,4	8,6%
2.1.4	Outros	1.590,2	1.727,0	8,6%
2.2	Planos de Acumulação	17.358,8	14.746,7	-15,0%
2.2.1	Família VGBL	16.094,5	13.445,8	-16,5%
2.2.2	Família PGBL	1.264,3	1.300,9	2,9%
2.3	Planos Tradicionais	622,2	617,8	-0,7%
3	Capitalização	3.039,8	3.257,1	7,1%
=1+2+3	Mercado Segurador (sem DPVAT)	35.716,7	34.931,9	-2,2%
4	DPVAT	1.802,4	1.414,8	-21,5%
=1+2+3+4	Mercado Segurador	37.519,1	36.346,6	-3,1%

Fonte: Superintendência de Estudos e Projetos (SUESP) da CNseg

Acesse. Ouça. Compartilhe. Curta. Conecte-se com a CNseg!

RádioCNseg
radio.cnseg.org.br

